

A “BRUXA”¹ CONTRA A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: DISCUTINDO A POTÊNCIA DAS FORMULAÇÕES DE JUDITH BUTLER.

Fabrizio de Sousa Sampaio

Doutor em Ciências Sociais- UFRN e Professor EBTT de Sociologia do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) Campus Araioses. E-mail: fabrizio.sampaio@ifma.edu.br.

Resumo

Em outubro de 2017, uma boneca representando a filósofa norte-americana Judith Butler, simbolizando a “bruxa” fundadora das referências basilares da retórica “ideologia de gênero” foi queimada frente ao SESC Pompeia em São Paulo. Para o/ as manifestantes, o fogo simbolizava a destruição da bruxa Judith, inimiga de um modelo familiar e de educação escolar heteronormativa. Por que as formulações dessa filósofa foram consideradas perigosas ao ponto de requerer sua eliminação corporal simbólica em público? Em outros termos, qual o poder de desconstrução da bruxa Butler que aterrorizara os empreendedores morais? Este artigo pretende identificar e refletir sobre a potência das categorias utilizadas por Judith Butler em um possível processo de desconstrução dos discursos “antigênero”, principalmente aqueles reunidos no sintagma “ideologia de gênero”. Para tanto, a pesquisa bibliográfica empreendida focalizou as recentes publicações da filósofa, além de entrevistas concedidas e artigos acadêmicos que tematizaram a fogueira de Butler e a “ideologia de gênero”. Estrategicamente, as teorizações de Butler se tornaram os principais alvos do(a)s empreendedores morais porque desconstroem o gênero binário

1 A filósofa norte-americana teve uma imagem de seu rosto fixado em uma boneca vestida de bruxa que seria queimada por manifestantes contrários não apenas a sua passagem no Brasil, mas também a sua existência física.

e inteligível que fundamenta a perspectiva de gênero essencialista que eles objetivam continuar reproduzindo na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Ideologia de gênero, Judith Butler, Desconstrução.

Introdução

A caça à “bruxa Butler”² ocorrida em 2017, no Brasil, exercida principalmente através de manifestações, abaixo-assinados e petições públicas nas redes sociais, explicitou o medo que o(a)s “empreendedore(a)s morais” tinham – ou têm – do poder que a mulher Butler possuía de fomentar, pelo menos, reflexões críticas sobre as estruturas contemporâneas de dominação patriarcal, conservadora, autoritária e violenta. Esta caça à Butler, tais como as recentes caçadas a determinado(a)s político(a)s, intelectuais e artistas, ou a qualquer sujeito que obtém visibilidade nas redes sociais e na cena pública, objetivam desqualificar discursos que defendem tanto o reconhecimento das diversidades humanas e das diferenças socioculturais quanto a materialização dos direitos humanos dos corpos dissidentes da heteronorma. Essas perseguições parecem se assemelhar à caça às bruxas na Europa, estudada por Silvia Federici (2017) quando esta autora define a caça às bruxas como a primeira perseguição que utilizou:

[...] propaganda multimídia com o objetivo de gerar uma psicose em massa entre a população. Uma das primeiras tarefas da imprensa foi alertar o público sobre os perigos que as bruxas representavam, por meio de panfletos que publicizavam os julgamentos mais famosos e os detalhes de seus feitos mais atrozés. [...]. No seu trabalho, os homens da lei contaram com a cooperação dos intelectuais de maior prestígio da época, incluindo filósofos e cientistas [...] (FEDERICI, 2017, p.299).

A propaganda multimídia utilizada durante a passagem de Butler pelo Brasil buscava gerar um “pânico moral”³ sobre a possibilidade de

2 Este neologismo objetiva recuperar o que representava, ou representa, Judith Butler para o(a)s “polemizador(a)s antigênero”: uma bruxa que precisa ser eliminada do convívio social brasileiro.

3 Este conceito encerra fenômenos sociais que ganham reconhecimento social quando surge a retórica de que a sociedade está sob ameaça. Esta suposta ameaça serve como meio discursivo para se obter “algo mais palpável” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p.743). O “pânico moral” se apresenta de maneira estereotipada e estilizada na mídia massiva

que, autorizar a circulação da filosofia butleriana, representaria a destruição da família patriarcal e a subversão voluntarista das identidades de gênero pelas crianças e adolescentes para além do binarismo que fundamenta a heterossexualidade obrigatória. A boneca com o rosto de Judith Butler foi queimada frente ao SESC-Pompeia no dia 07 de novembro de 2017. Na ocasião, a filósofa norte-americana participava do evento *Os fins da democracia* e foi considerada a materialização humana da “ideologia de gênero”.

Situados em um cenário político marcado pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, crise econômica, criminalização da política e desemprego, os protestos contra Butler miravam as suas teorias sobre gênero e sexualidade em “[...] um clima de frustração coletiva com os políticos e com o governo, pavimentando o terreno para que a retórica da antipolítica se tornasse hegemônica” (MISKOLCI; PEREIRA, 2018, p.2).

Metodologia

Para além de retomar algumas reflexões presentes no dossiê publicado pelo periódico científico *cadernos pagu* (53) em 2018 intitulado *Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil* (MISKOLCI; PEREIRA, 2018), este artigo, resultante de uma pesquisa qualitativa bibliográfica, busca problematizar as razões pelas quais as formulações de Judith Butler foram consideradas perigosas ao ponto de requerer uma eliminação corporal simbólica em público, ou melhor, qual seria o poder de desconstrução da “bruxa Butler” que aterrorizou os “empreendedores morais”⁴ ao ponto de implementarem uma caça a esta bruxa.

e propaga um perigo para determinados valores societários vigentes. Neste cenário, políticos e indivíduos alinhados da direita, bispos, editores e especialistas reconhecidos lançam diagnósticos e soluções, assim como formas de combate (COHEN, 1972, p. 9 *apud* MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 740). No caso da retórica da “ideologia de gênero”, esse “algo palpável” seria a destruição de toda possibilidade de reconhecer as políticas e as atitudes grupais e de indivíduos que normalizam as corporeidades dissidentes da heteronorma. A fogueira para Butler simbolizava, em um primeiro momento, uma forma de solucionar a ameaça à ordem social conservadora que a filosofia desconstrutivista butleriana representava.

4 Grupo não coeso e de aliança circunstancial que atua em um “campo discursivo de ação” na luta contra os avanços dos direitos humanos, notadamente sexuais e reprodutivos.

Referencial teórico

No episódio em análise, Butler foi [e ainda é] considerada uma ameaça possuindo força destruidora para além dos limites do humano (CYFER, 2018). Ela foi percebida como a materialização do mal e sua estadia no Brasil foi marcada por acusações no aeroporto, campanhas contra sua vinda ao país e protesto frente ao local do evento internacional acadêmico, organizado também pela filósofa (BALIEIRO, 2018). A sua passagem pelo Brasil em 2017 foi marcada por manifestações de ódio com relação às suas teorizações sobre gênero. Sobre tal episódio, a filósofa ressalta que “[...] a postura de ódio e censura é baseada em medo, medo de mudança, medo de deixar os outros viverem de uma maneira diferente da sua. Mas é essa habilidade de viver com a diferença entre nós que vai nos sustentar no longo prazo”⁵.

Este episódio envolvendo Judith Butler, assim como a reação contra os materiais educativos de combate à homofobia nos espaços escolares em 2011, a discussão sobre os planos educacionais entre 2015 e 2015 no contexto de disseminação da noção de “ideologia de gênero” e a perseguição às performances artísticas expostas em 2017 nas cidades de Porto Alegre e São Paulo, estão relacionados à difusão de um pânico moral recentemente implementada por diversos empreendedores morais (BALIEIRO, 2018).

A noção de “ideologia de gênero” encerra, de maneira transnacional uma reação às políticas de reconhecimento das diferenças de gênero e sexualidade (BALIEIRO, 2018). Esta reação objetiva resistir aos recentes avanços em termos de direitos reprodutivos e sexuais que vem ocorrendo na América Latina tais como a inclusão da educação sexual escolar, o casamento de pessoas do mesmo sexo e a discriminação do aborto. Ela constitui uma “gramática político-moral”

Pode aglutinar religiosos católicos, neopentecostais, laicos, organizações não-governamentais denominadas ‘pró-vida’ e demais atores que atuam na esfera legislativa, jurídica e midiática (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

- 5 Citação de Butler retirada da matéria jornalística: RODRIGUES, Maria Fernanda. “Ódio e censura são baseados no medo”, diz Judith Butler. Entrevistada: Judith Butler. *Jornal Estadão, Cultura*, 06 nov. 2017. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,odio-ecensura-sao-baseados-no-medo-diz-judith-butler,70002072944>>. Acesso em: 29 out. 2020.

iniciada como uma contra-ofensiva católica de combate ao conceito científico de gênero e operacionalizada através da lógica de “pânicos morais” (MISKOLCI; CAMPANHA, 2017), ou seja, a discussão de gênero passa a ser considerada uma ameaça para os valores morais hegemônicos.

A consolidação de um pânico moral é uma das explicações dessa reação contra Butler. Um pânico que se vincula à “[...] oposição a políticas de reconhecimento das diferenças de gênero e sexualidade e à crescente visibilidade das questões sobre diversidade sexual no Brasil” (BALIEIRO, 2018, p.3). Butler era perigosa por conta de suas teorias de gênero e sexualidade e, por essa razão, conforme seus detratores, encarnava a maior representante da “ideologia de gênero” (BALIEIRO, 2018). Neste sentido, queimar a “boneca Butler”, significaria expurgar todas as suas reflexões acerca do gênero e da sexualidade em uma operação simbólica de limpeza social heteronormativa e conservadora do pensamento, das emoções e das possibilidades de subjetivação subversiva no interior da sociedade brasileira. A fogueira para Butler seria a incineração da “ideologia de gênero”, em termos metafóricos.

Esta retórica “antigênero”⁶, elaborada por setores ultraconservadores da Santa Sé em colaboração com atores do mundo católico e de forças políticas outras⁷, acusam a noção de gênero como uma ideologia impositiva que busca: extinguir a diferença natural entre homens e mulheres, entre homossexuais e heterossexuais; e disseminar a ideia ilusória de que tais diferenças seriam resultados de processos sociais de construção opressiva e, portanto, poderiam ser simplesmente escolhidas pelos indivíduos (JUNQUEIRA, 2018).

Neste contexto de proliferação do pânico, as escolas que estariam alinhadas à ‘teoria/ideologia de gênero’ buscariam, na perspectiva dos movimentos “antigênero”, doutrinar as crianças e adolescentes a partir da propaganda de gênero e da manipulação da natureza humana.

6 Termo que se refere a uma “[...] posição antifeminista contrária à adoção da perspectiva de gênero e à promoção de reconhecimento da diversidade sexual e de gênero nas políticas sociais e na vida cotidiana” (JUNQUEIRA, 2018, p.452).

7 Rogério Diniz Junqueira (2018) localiza como integrantes da cruzada “antigênero”: determinadas estruturas eclesiais; movimentos religiosos e grupos ultraconservadores pertencentes a diferentes setores e forças políticas; associações pró-família, pró-vida e de clínicas de conversão sexual; juristas e médicos cristãos; determinados partidos de direita e extrema-direita; dirigentes de Estado; agentes públicos; e certos profissionais da mídia.

Estas escolas objetivariam retirar a centralidade dos pais na educação sexual e moral de seus filhos e de suas filhas. Destarte, o ataque aos currículos e à liberdade docente representariam estratégias de luta pela defesa da primazia familiar sobre toda a educação e de intenções colonizadoras da esfera pública pelos interesses familistas, privados e religiosos (JUNQUEIRA, 2018).

Resultados e discussão

A fogueira para a “bruxa Butler” ocorreu em um contexto de intensa visibilidade midiática da retórica da “ideologia de gênero” em tempos de disputa eleitoral pela presidência do Brasil, em 2017, cuja chapa vencedora, não apenas transformou essa retórica em estratégia política como também utilizou o “pânico moral” em relação às discussões de gênero e sexualidade como alavanca para disseminar políticas de ódio contra intelectuais, adversário(a)s político(a)s, pesquisadore(a)s ou qualquer indivíduo que defendesse o campo consagrado dos estudos de gênero e sexualidade. Neste cenário de medo e ódio, os poderes da “bruxa-Butler” eram ressaltados para que a fogueira simbólica de 2017 fosse reiteradamente praticada nos mais diversos espaços de sociabilidade.

O principal poder da “bruxa-Butler” abjetado pelos movimentos “antigênero” era [ou é] sua teorização sobre gênero. Para entender a fogueira para Butler é crucial identificar quais os elementos centrais da concepção butleriana de gênero e que foram capitaneados para produzir o “pânico” e o ódio em relação à filósofa. Em acréscimo, também se faz pertinente observar que outros poderes essa bruxa teria e que talvez ainda não foram descobertos pelos movimentos “antigênero”.

A concepção de gênero que fundamenta a retórica da “ideologia de gênero” é a perspectiva oposicional, binária e universal que enfatiza a existência de dois corpos, dois gêneros e duas subjetividades diferentes, nos termos de Berenice Bento (2016). Nesta perspectiva, o corpo é naturalmente dimórfico à espera de ser carimbado pela cultura. Os ataques contra as teorizações de Butler e sua fogueira simbólica representam o pânico acerca da desconstrução desta perspectiva operada pela filósofa.

A “bruxa” norte-americana desconstrói essa perspectiva binária e, portanto, representa a maior ameaça para os “empreendedores

morais”. Ela combate os essencialismos que objetivam performar o gênero como uma verdade, um núcleo ou uma “essência interna” que se instala nos corpos naturalmente sem a possibilidade de negação ou subversão (BUTLER, 2006a). O gênero é produzido através de práticas performativas, ou seja, através de reiterações que visam discursivamente produzir os efeitos das nomeações. O gênero encerra um conjunto de atos que são repetidos no contexto estrutural regulatório, ao longo do tempo, para que sua naturalidade e substancialidade aparente seja cristalizada (BUTLER, 2010). Através da performatividade⁸, que atua para dissimular as convenções sociais, as normas do sexo e do gênero são constituídas como a materialidade dos corpos no cenário de heterossexualidade imperativa (BUTLER, 2002). Em síntese, o gênero é um efeito de discursos e práticas, especialmente dos “regimes de poder/discurso”: heterossexualidade compulsória e falocentrismo (BUTLER, 2010).

Para Butler (2006a), enquanto norma, o gênero, que precede e atua sobre os sujeitos, precisa ser incorporado e persistir nos mais diferentes contextos socioculturais, por isso ele precisa ser performado, ou seja, precisa ser representado “[...] na prática social e reidealiza [do] e reinstitui [do] em e através dos rituais sociais diários da vida corporal” (BUTLER, 2006a, p.78 tradução minha). A “bruxa Butler” também enfatiza que dizer que o gênero é uma norma não significa dizer que é um modelo para que os sujeitos se aproximem: “[...] pelo contrário, é uma forma de poder social que produz o campo inteligível dos sujeitos e um aparato que institui o gênero binário” (BUTLER, 2006a, p.77-8 tradução minha).

Ao defender que o gênero é produzido performativamente, Butler se distancia inclusive na noção de sujeito voluntarista sob a qual os “polemizadores antigênero” a rotulam. Em Butler, o sujeito não faz seu gênero livremente, pois o sujeito não existe independente das normas sociais que o regulam e contra as quais ele se opõe. A ação do sujeito, neste sentido, “[...] não pode se combinar com o voluntarismo

8 Como reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas, e não um ato singular, a performatividade oculta as convenções sociais que objetivam a repetição. O ato performativo não é primariamente teatral e sua “[...] aparente teatralidade se produz na medida em que permaneça dissimulada sua historicidade (e, inversamente, sua teatralidade adquire certo caráter inevitável pela impossibilidade de revelar plenamente sua historicidade)” (BUTLER, 2002, p.34).

ou o individualismo e muito menos com o consumismo, e em modo algum supõe a existência de um sujeito que escolhe” (BUTLER, 2002, p.38).

Analicamente, podemos resumir os elementos principais nos quais elevaram a Judith Butler à rainha da “ideologia de gênero” da seguinte maneira. Ela desestabiliza o gênero e o sexo de suas essências construídas a partir de aparatos biológicos. Afirma que o gênero é uma norma social cuja naturalidade e imutabilidade precisam ser performadas rotineiramente por um sujeito que, dependente das normas que o constituem, não pode subverter livremente seu gênero fora dos campos de normalização. E destaca que o binarismo de gênero e do sexo, longe de representar a natureza dos corpos humanos, representa a base de construção de uma matriz de inteligibilidade heterossexual que tais corpos são coercitivamente submetidos e regulados tanto nas suas persistências quanto nas suas subversões nos espaços de sociabilidade.

Além das suas teorizações sobre gênero, Butler também engendra inúmeras reflexões cruciais para entendermos as condições socioculturais que se relacionam com a possibilidade de os corpos humanos persistirem ou não nas sociedades contemporâneas. Butler sugere na obra, *Vida precária: el poder del duelo y la violencia* (2006b), a vulnerabilidade e a agressão como ponto de partida da vida política, assim como forma de reflexão e de deliberação política, porque existe uma condição sobre a qual não podemos nos desfazer quando queremos: “a dependência fundamental de um outro anônimo” (BUTLER, 2006b, p.14). Tal dependência se relaciona a “formas de distribuição da vulnerabilidade, formas diferenciais de ‘partilha’ que fazem que algumas populações estão mais expostas que outras a uma violência arbitrária (BUTLER, 2006b).

Para Cyfer (2018), o atual projeto político e filosófico de Butler que se assenta na sua ética da não violência, inspira para fazermos perguntas sobre o contexto político da atualidade no Brasil. A principal se refere a rejeição do ressentimento e da vingança como tipos de resposta ao ódio à diferença e a outra se relaciona “[...] à identificação plena, absoluta e substantiva como fonte de solidariedade política e social” (CYBER, 2018, p.11).

A aparição pública de Judith Butler no Brasil, sob protestos de sua visita por determinados grupos, contribuiu, de acordo com Ingrid Cyfer (2018) para “desestabilizar as fronteiras da esfera pública brasileira”

em um momento em que tal esfera está pressionada para um fechamento mais excludente (CYFER, 2018, p.12). Longe de considerarmos uma fada ou heroína, a passagem de Butler destacou que o medo produz o ódio e expôs o “pânico da diferença” dos protestantes que a consideravam inimiga pública, bem como a vulnerabilidade deles (CYFER, 2018).

Em entrevista ao jornal Estadão, Butler ressaltou que a teoria de gênero retratada por esses manifestantes era uma ‘caricatura’ que causava medo e ansiedade, pois as pessoas não aceitavam que aquilo que acreditavam ser naturais como os sexos, a heterossexualidade, o casamento e as famílias heterossexuais, pudessem mudar com o tempo. Essa ansiedade era gerada pelas mudanças sociais advindas do feminismo, políticas LGBTQ e lutas contra o racismo em pessoas que possuíam noções fixadas de gênero, desejo ou parentesco em algo natural ou definido por Deus (RODRIGUES, 2017). Por último, ela destaca, como nossa obrigação, aceitar e reivindicar o direito de pertencer ao mundo como um direito igualmente compartilhado. Apenas quando a igualdade e a liberdade forem afirmadas e ocorrer o fortalecimento da luta contra a injúria social e contra a exploração econômica, que este mundo fragmentado se transformará “[...] em um conjunto vibrante de diferença, e a democracia será possível, ou seja, o poder de fazer o mundo em que vivemos, de governarmos a nós mesmos segundo as regras que determinamos, com base na igualdade, na liberdade e na justiça” (RODRIGUES, 2017).

Considerações finais

A performance corporal de Butler, no episódio analisado, reivindicava a circulação de suas reflexões críticas no Brasil assim como o direito de aparecer na esfera pública de modo geral. O aparecimento de Butler, enquanto direito fundamental dos corpos humanos, estava sendo questionado por um grupo de pessoas que reivindicava o direito de determinar as condições sociais e morais deste aparecimento⁹. Impedir a performance linguística da “bruxa-Butler” era barrar o

9 Esta discussão acerca dos corpos e suas condições sociais de aparecer e permanecer em assembleias na esfera pública constitui em uma das temáticas principais da obra *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia* (2018).

aparecimento de todas as desconstruções teóricas que a filósofa vem elaborando sobre as normatividades sociais violentas que precarizam a existências dos corpos desconformes.

Referências

BALIEIRO, F. de F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653414>. Acesso em: 29 out. 2020.

BENTO, Berenice. Disforia de gênero: geopolítica de uma categoria psiquiátrica. **Revista Direito e Práxis**, [S.L.], v. 7, n. 3, p. 496-536, set. 2016. ISSN 2179-8966. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25170>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Deshacer el género**. Trad.patricia Soley-Beltran. Barcelona: Paidós, 2006a.

_____. **Vida precária**: el poder del duelo y la violencia. Trad. Fermín Rodríguez. 1.ed. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 2006b.

_____. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del ‘sexo’. 1.ed. Buenos Aires: Paidós, 2002.

CYFER, I. A bruxa está solta: os protestos contra a visita de Judith Butler ao Brasil à luz de sua reflexão sobre ética, política e vulnerabilidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653410>. Acesso em: 29 out. 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 03 dez. 2020.

MISKOLCI, R.; PEREIRA, P. P. G. Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653408>. Acesso em: 29 out. 2020.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Soc. estado.**, Brasília, v. 32, n. 3, pág. 725-748, dezembro de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922017000300725&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 de novembro de 2020.

RODRIGUES, Maria Fernanda. “Ódio e censura são baseados no medo”, diz Judith Butler. Entrevistada: Judith Butler. **Jornal Estadão**, Cultura, 06 nov. 2017. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,odio-ecensura-sao-baseados-no-medo-diz-judith-butler,70002072944>. Acesso em: 29 out. 2020.

RODRIGUES, Carla *et. al.* A obra de Judith Butler para entender os discursos de ódio contra ela. **El País**. 07 nov.2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/opinion/1510088225_560754.html. Acesso em: 29 out. 2020.